

REUNIÃO DO SETOR DAS IEES/IMES

26, 27 E 28/05 – ADUFS

Análise de conjuntura – Desafios para as IEES/ÍMES

Saudação inicial!

Para iniciar essa análise de conjuntura, trazendo questões preliminares para fomentar o debate, me apresento também enquanto monitor do Núcleo de Educação Popular 13 de Maio. O que isso implica? Que a partir desta formação Popular, entendo conjuntura enquanto um recorte mais ou menos extenso, ainda assim pontual, cujo vértice se encontra cravado na estrutura. É, portanto, um recorte temporal e espacial na estrutura capitalista.

Para que possamos: a) apreendê-la (a conjuntura), b) apontar cenários futuros e c) organizar a classe, o que, ao fim e ao cabo, é o objetivo de uma análise de conjuntura, devemos estar atentos/as à:

- a) os atores/atrizes da conjuntura (protagonistas, coadjuvantes e figurantes);
- b) a correlação de forças: quais as forças que se colocam em disputa;
- c) os cenários onde a luta está prioritariamente acontecendo: se nas ruas ou se nos gabinetes;
- d) diferenciar fatos de acontecimentos, tendo estes últimos a capacidade de alterar a conjuntura.

Por este último ponto, e ao olhar para o Brasil, percebemos rapidamente a dificuldade de nos localizarmos diante de tantos fatos (por vezes, cotidianos) que nos ofuscam as vistas. Parecem ter uma importância, e a mídia (toda ela) cumpre um importante papel para isso, que acaba

impedindo que enxerguemos bem os acontecimentos; aqueles que, de fato, alteram a conjuntura.

Iniciando a análise, apresento uma interpretação dos dados oficiais¹ que caracterizam a população economicamente ativa em nosso país. Abstraindo, por ora, algumas imprescindíveis minúcias, e fazendo uma rápida e aproximada leitura, temos uma configuração em nosso país que expressa o abismo que divide as classes sociais fundamentais:

- Assalariados/as representam 80-85% da população economicamente ativa;

- Burguesia (e pequena burguesia) exploradora de força de trabalho representa 4,3% da população economicamente ativa;

- Pequena burguesia não exploradora (atuam individualmente: pejetização, prestação de serviço...) representa entre 10-15% da população economicamente ativa;

Agora sim apanhando minúcias, temos condições importantes a serem tratadas:

- a) O exército industrial de reserva, parte do proletariado, representa aproximadamente 15,4% da população em idade ativa. Apesar do uso da expressão “excluídos/as” para caracterizar este grupo, sabemos que são incluídos/as e com função dentro da estrutura: 1- força de trabalho reserva sempre pronta para ser empregada em momentos de crescimento econômico, 2- rebaixar o valor da força de trabalho do “exército titular”;

- b) Metade da força de trabalho ocupada em nosso país está numa condição de informalidade (ideologicamente convencida de sua condição de patrão/patroa de si mesmo/a). Enquanto parâmetro, bom destacar que a

¹ IBGE – Pnad-continua (1º trimestre/2022).

informalidade em países centrais do capitalismo alcança algo próximo de 20% da força de trabalho ocupada;

c) A taxa de formalização no trabalho entre brancos/as é de 67,3%, entre pretos/as e pardos/as é de 53,7%;

d) A taxa de desocupação entre brancos/as é de 11,3%, enquanto entre pretos/as e pardos/as é de 16,3%.

e) Na divisão sexual do trabalho, as mulheres representam 44,06% dos trabalhos formais e 31,1% das ocupações na indústria; sendo maioria entre funcionalismo público (59,1%). No emprego doméstico com e sem carteira, respectivamente, 90% e 94,9%. Na produção para o próprio consumo, 63,7%. Em 2015, o emprego doméstico absorvia 17,7% das mulheres negras e 10% das mulheres brancas ocupadas no Brasil. Em 2018, as mulheres recebiam, em média, 85,7% dos salários dos homens nos empregos formais. Por outro lado, nos trabalhos informais a desigualdade de rendimentos por sexo é ainda maior: 65,4% em 2014

Retomando dados mais gerais, neste caso, salário/renda, usamos o levantamento do DIEESE para avaliar o quão rebaixado está o salário dos e das brasileiras. Em dados de seu último Boletim², o Dieese aponta que “Em abril de 2023, o salário mínimo necessário para a manutenção de uma família de quatro pessoas deveria ter sido de R\$ 6.676,11, ou 5,13 vezes o mínimo de R\$ 1.302”. Ou seja, um salário mínimo nominal que não atende ao parágrafo IV do artigo 7 da Constituição Brasileira:

IV - salário mínimo, fixado em lei, nacionalmente unificado, capaz de atender a suas necessidades vitais básicas e às de sua família com moradia, alimentação, educação, saúde, lazer, vestuário, higiene, transporte e previdência social, com reajustes periódicos que lhe preservem o poder aquisitivo, sendo vedada sua vinculação para qualquer fim.

² <https://www.dieese.org.br/analisecestabasica/2023/202304cestabasica.pdf>

Ou seja, uma classe que ganha menos do que vale. E a grande “magia” do capital é lucrar comprando pelo que vale e vendendo pelo que vale (mais-valia). O capitalismo brasileiro e seu Estado (que normatiza o salário nacionalmente) possibilita super lucro aos 4,3% da população economicamente ativa que vive do trabalho do/as que vivem exclusivamente da venda da sua força de trabalho. Logo, “pirotecnicia” para aumento de R\$ 20, 30... 100..., só se justifica, se é que se justifica, quando o parâmetro de comparação é o salário nominal anterior e reajustado. Quando o parâmetro é o salário real (calculado pelo Dieese a partir do artigo 7 da Constituição) só temos a lamentar e lutar.

Olhando a renda mensal média mais de perto, temos:

a) entre brancos/as essa média é de R\$ 3.099;

b) entre pretos/as e pardos/as é de R\$ 1.804. Esses dados têm relação direta com a taxa maior de extrema pobreza entre pretos/as e pardos/as (11%) do que entre brancos/as (5%).

Diante desta situação como está a mobilização de nossa classe? Uma boa expressão pode nos ser dada pelo resultado das negociações salariais de 2023. Mais uma vez nos valemos dos dados do Dieese³:

Quase 70% das 3.204 negociações coletivas de 2023, analisadas até o momento, registraram resultados acima do INPC-IBGE. Aquelas com reajustes iguais a esse índice representam cerca de 22% do painel do ano, enquanto 8% ficaram abaixo dele. A variação real média dos reajustes de 2023 é atualmente de 0,79% acima do INPC.

Ao dividir por setor econômico:

³ <https://www.dieese.org.br/boletimnegociacao/2023/boletimnegociacao32.pdf>

Entre os setores destacados na pesquisa, as negociações na indústria apresentam a maior proporção de reajustes acima da inflação (72,8%), de janeiro a abril de 2023. Em segundo lugar vêm os serviços (71,7%); e, em terceiro, o comércio (53,6%), segmento que, aliás, destaca-se pela significativa frequência de reajustes iguais à inflação (38,4%), bem acima da observada nos demais setores.

Ou seja, uma classe que está em movimento. Há movimento! E pelos dados imediatamente acima, buscando recuperação salarial (reajuste acima da inflação).

Ainda assim, somando os dados acima, temos uma classe (em média): dividida entre a formalidade e a informalidade (relações instáveis, flexíveis, unilaterais...), com salários/renda rebaixado, racialmente desigual e com divisão sexual desigual. Mas, se movimentando.

Parte importante desta classe acessa saúde, educação, previdência...segurança pela via do público. Saúde, por exemplo, entre 7-8 de 10 brasileiros/as acessa pelo SUS. Momento importante para tratar de um acontecimento atual que longe de ser suficiente para avaliar o Governo Lula/Alckmin, resgata uma expressão representativa: o arcabouço fiscal. Guardadas as devidas proporções e especificidades em relação ao “Teto dos Gastos”, no geral temos uma contenção de gastos “[...] nas áreas fundamentais como saúde, educação, infraestrutura, saneamento básico [...]” como aponta a “NOTA DA DIRETORIA DO ANDES-SN SOBRE O PROJETO DO “NOVO ARCABOUÇO FISCAL”. Ainda sobre a mesma nota, antecipando a aprovação no Legislativo Federal, o Andes-SN apontou os riscos de:

- a) “disputa pelo fundo público, uma disputa que é eminentemente política [...] Trata-se de uma medida que controla o gasto em tudo que é importante para a classe trabalhadora e mantém intacto o gasto financeiro do Estado.”;

- b) “No caso de descumprimento das metas estipuladas no projeto haverá contingenciamento de despesas discricionárias, que nas universidades significa: bloqueio de recursos para seu funcionamento e para política de assistência estudantil, obras, contratação de serviços de terceirização, entre outros”;
- c) Do racismo embutido na proposta (hoje aprovada) julgando que o contingenciamento de gastos sociais atinge especialmente pretos e pretas, maior parte da população e que ocupa piores postos de trabalho e moradia.

Temos, portanto, um importante protagonista na condução da política de austeridade social. Repetimos: essa é uma informação que, embora insuficiente, é representativa: o ataque aos serviços e servidores/as é um ataque direto à classe trabalhadora. O protagonista de então é o Estado gerido por uma frente amplíssima (que cabe Alckmin, Tebet, José Mussio... e já coube Alencar, Katia Motosserra Abreu, Henrique Meireles e Joaquim Levy) cumprindo a missão que lhe cabe: ser um *petit comité* dos negócios da Burguesia.

Frente amplíssima que utiliza como escudo tanto a ameaça real do profascismo, que jamais pode ser ignorada – eles/as estão no meio de nós!- quanto sua versão fictícia – quando qualquer crítica ao PT vira o alerta: vocês preferem os fascistas?

No legislativo federal, a correlação de forças nos continua absolutamente desfavorável (já foi favorável em algum tempo?):

Apenas a frente parlamentar ruralista conta hoje com 300 deputados e 47 senadores (58% nas duas casas). A frente parlamentar evangélica é formada por 132 deputados e 14 senadores e a chamada “bancada da bala” – constituída por delegados da Polícia Civil, militares das forças armadas e policiais

militares – conseguiu 259 assinaturas para a sua formalização na Câmara. Qualquer medida que favoreça minimamente os trabalhadores encontrará nesse ambiente tenaz resistência. (CVM, 2023)⁴.

Já que estamos tratando de desafios (a partir de uma análise de conjuntura) e a partir da composição e agenda política do Executivo e do Legislativo, temos já aqui a necessidade de discutir sobre em qual cenário devemos centrar nossa luta. O gabinete nos parece arredo. Precisamos ocupar as ruas (talvez de onde nunca deveríamos ter saído). Isso sem anular, por óbvio, que a natureza e especificidade do sindicato exige que em algum momento do processo de negociação o gabinete seja um local de luta. A síntese pode ser: estar no gabinete com a força das ruas.

Fortalecendo este apontamento, entendo que a Bahia é um importante experimento sobre a necessidade deste giro. Aqui também temos uma agenda econômica que há 16 anos (projeção de 20) avança sobre os direitos trabalhistas, a renda... a autonomia e a democracia das Universidades Estaduais Baianas (as Ueba). E aqui, uma constatação se faz importante. Ao contrário da tese que apontou que Dilma II foi o que foi por conta do Congresso mais conservador da história, pelo menos à época, aqui na Bahia teríamos, talvez, a antítese desta tese. Explico melhor. Aqui estamos:

- a) Na quinta gestão do Partido dos Trabalhadores;
- b) A primeira eleição de Jacques Wagner (2005) destronou o “Carlismo” (contra a máquina, a tradição, o monopólio das mídias, as distorções dos institutos de pesquisa...);
- c) Tivemos no penúltimo pleito eleitoral, o que reelegeu Rui Costa, 75,5% dos votos válidos para o candidato do PT;

⁴ Fatos e Críticas nº 41 – A análise de conjuntura do CVM, ano IX, 24-05-2023.

- d) Temos a Assembleia Legislativa da Bahia (Alba) com ampla maioria dos e das Deputadas na base do Governo (43x20 ou 37x26);
- e) Maioria dos sindicatos de servidoras e servidores está filiada à CTB e CUT;

E esta conformação não significou um Governo progressista para servidoras/es; logo, para o serviço público, logo, para a classe trabalhadora. Mais uma informação que corrobora com o cenário das ruas.

Por fim, já que mencionei que a correlação de forças é um importante ponto a observar na conjuntura, mais uma vez gostaria de aproveitar a experiência do Fórum das AD's no enfrentamento à conjuntura. Início citando a forma de construção da pauta: a) FAD se reúne e tira eixos, b) organiza-se um Encontro das Ueba (aberto) e se discute os eixos, c) FAD se reúne e a partir das sugestões do Encontro, formula a pauta de negociação, d) vai para as 4 assembleias, aprecia, ajusta e aprova a pauta, e) volta para o FAD fazer últimos ajustes e protocolar junto ao Governo. Ou seja, uma pauta construída a partir da base.

Pauta que diz um pouco sobre a agenda de ataques às Ueba:

- a) salário – antes do PL, pela perda acumulada, reivindicamos reajuste de 53,33%, além de cobrar uma agenda para durante mandato recompor as perdas dos últimos 08 anos;
- b) Direitos: muitos garantidos no Estatuto, mas encontrando dificuldades e impedimentos para fruir. Um bom exemplo é o da DE (redução de carga horária de sala de aula para quem tem pesquisa ou extensão) que o Governo tentou suspender judicialmente;
- c) Autonomia: ótimo exemplo é o da lista tríplice;

- d) Orçamento: reivindicação histórica (MD, ME, Técnicos e analistas e Reitores/as) de 7% da RLI. Nesta luta, alcançamos 5%. Na esteira desta luta, o Governo não executou 100% do orçado (não chegamos aos 5%);

A interface com o Gabinete pode ser exemplificada nos sucessivos protocolos junto ao Governo: a) quando o atual Governador era secretário de educação, b) quando o atual governador era candidato e confirmou compromisso em reabrir a mesa de negociação, c) junto à equipe de transição, d) por várias vezes junto ao novo governo.

A força das ruas representada pelo movimento ascendente de mobilizar as bases (assembleias cheias), realizar paralisações, atos... Uma força que fez o Governo encaminhar um reajuste diferenciado para professores e professoras: 6,3% à 9,3%. Uma força que fez o Governo encaminhar um PL à Alba modificando o quadro de vagas das classes, o que possibilita o fim da fila de promoções (o que outrora só conseguimos com greves). É uma força que faz o Governo ter que assumir compromisso de criar uma agenda para discutirmos a pauta⁵.

E continuamos: a) organizando a luta coletiva com 17 entidades de servidores/as estaduais, b) apoiando ME com a pauta candente sobre o Mais Futuro, c) mobilizados para arrancar uma negociação com o Governo.

Para o debate e para pensarmos coletivamente os desafios. Estamos falando de uma classe trabalhadora, no geral:

- a) Como maioria absoluta da realidade brasileira;
- b) baixa renda (5,13 vezes abaixo do que deveria ser o mínimo) e sustentando o lucro de 4,3% de exploradores/as;

⁵ O Governo, ao mesmo tempo, mantém a postura autoritária de seu antecessor de não negociar, mas comunicar; encaminha PL que dificulta o acesso à pecúnia da licença Premio; e aumentou os percentuais de desconto.

- c) dividida entre formais e informais (relações instáveis, intensas, unilaterais, flexíveis...), com impactos a serem observados na organização sindical;
- d) sexualmente e racialmente desigual;
- e) servidores/as ameaçados/as;
- f) Mas, em movimento!